

Floresta Floresta

Jornal da AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior • **Directora**: Marta Ribeiro Telles • Novembro 2008 Edição/Design gráfico: Jornal do Fundão Editora, Lda. • Este Boletim é financiado pelo Fundo Florestal Permanente

Incêndios **Florestais**

CDOS de Castelo Branco faz balanço positivo

Página 2



Zonas de Intervenção **Florestal**

AFLOBEI já realizou os Planos de Defesa da Floresta das quatro ZIF aprovadas

Página 3

Seminário apresentou desafios para a floresta

Págs. 8, 9 e 10



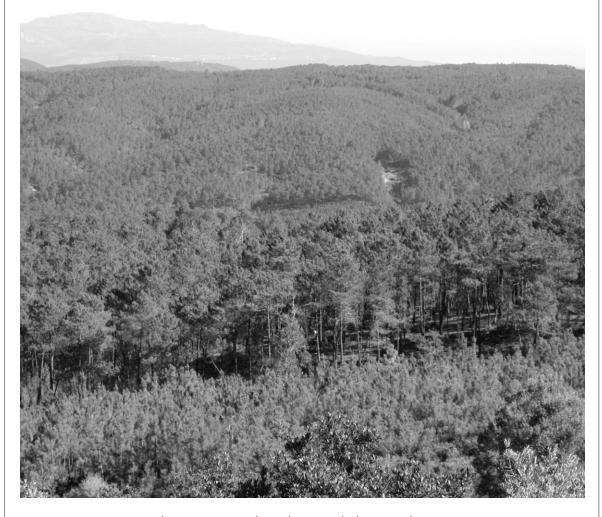
Formação profissional

Plano formativo da AFLOBEI oferece a activos oportunidade de formação nos sectores florestal e agro-florestal

Página 11

Conheça os prazos e investimentos elegíveis

PRODER abre candidaturas para a floresta



Foram já anunciados os períodos de candidatura de várias acções florestais do PRODER. Apresentamos, nesta edição, as acções que o Programa do Desenvolvimento Rural promove para a floresta e as novas regras dos apoios ao investimento.

Págs. 6 e 7

Nemátodo da Madeira do Pinheiro



A doença do Nemátodo da Madeira do Pinheiro tem vindo a alastrar-se pelo território português, aumentado a preocupação da produção e indústria da madeira de pinho. Conheça o que o Estado Português tem feito para a combater

Página 4

EDITORIAL

Em Outubro e Novembro de 2008 começaram finalmente a ser definidos prazos de candidatura aos apoios de algumas acções florestais do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural, previsto para o período de 2007-2013.

Numa época em que é preciso encorajar os agentes florestais a investir – ideia que transpareceu no seminário que a AFLOBEI realizou em Outubro - é de lamentar que só agora comecem a estar reunidas condições de investimento no futuro da nossa floresta. O sector florestal português precisa de se encontrar, de evoluir através de um espírito de inovação e competitividade que o torne, acima de tudo, mais sustentável. Está nas mãos de todos nós (Estado, produção e indústria florestal) ultrapassar as dificuldades e investir numa floresta com maior valor ambiental, social e económico.

A indústria do pinho, em particular, vive dias de expectativa. Em Junho, a zona afectada e de restrição do Nemátodo da Madeira do Pinheiro passou a corresponder a todo o território continental português. É importante perceber qual a verdadeira dimensão deste problema, quais as suas consequências para o sector florestal e, para a produção e indústria do pinho em particular. Terá Portugal que aprender a conviver com este problema?

Voltando ao seminário em que a AFLOBEI apresentou desafios e oportunidades para o sector florestal, é possível entender que os problemas da floresta apenas podem ser ultrapassados por quem dela vive diariamente. O desafio está em fazer cada vez mais e melhor. Em saber aproveitar as conjunturas para crescer e adaptar-se às novas realidades. Consciente disso, a AFLOBEI tem promovido soluções e instrumentos que permitem aumentar a sustentabilidade das explorações dos associados. Poderá conhecer melhor alguns dos nossos projectos nesta edição do Folha Florestal: Porco Preto, Enxertia do Pinheiro Manso, Formação Profissional, Certificacão Florestal e Zonas de Intervenção Florestal.

A Direcção

Desafio é diminuir número de incêndios

Grande maioria dos fogos resolvida em fase inicial



O Comandante Rui Esteves, responsável pelo Comando Distrital de Operações de Socorro de Castelo Branco (CDOS) falou em exclusivo com o Folha Florestal. Faz um balanço positivo dos resultados obtidos durante as fases mais complicadas do combate aos incêndios florestais, em especial se comparados aos resultados da última década.

A organização do dispositivo envolvido no combate aos fogos é um dos factores apontados para a redução verificada nos valores de área ardida. O Comandante Operacional do distrito de Castelo Branco destaca os tempos de chegada ao local dos incêndios, inferiores em dois minutos à média nacional de 11 minutos. O passado dia 12 de Setembro, com a ocorrência de 18 incêndios em simultâneo, foi o momento mais complicado do Verão. No entanto, a imensa maioria dos incêndios foi resolvida numa fase inicial. O grande desafio é diminuir o número de ocorrências.

Que balanço faz do período definido como crítico nos incêndios flo-

Na avaliação que se faz aos incêndios florestais de 2007 e 2008 é normal referir-se que as condições meteorológicas também ajudaram. Se analisarmos o índice de severidade diário concluímos que o distrito de Castelo Branco, face ao ano de 2007, teve um acréscimo da influência do risco meteorológico.

Há muito a fazer, nomeadamente no que diz respeito ao número de ignições. Mas, se tivermos em conta a relação entre a área ardida e o número de ignições, estamos perante um resultado positivo, se formos analisar

a última década.

Saliente-se que, no combate aos incêndios florestais foi definida uma estratégia para que, no máximo em 11 minutos, os meios estivessem no teatro de operações. Conseguimos superar esse objectivo, ao colocarmos no local, em média, um meio de primeira intervenção em nove minutos. Não tendo conseguido este distrito diminuir o número de ignições, conseguiu que dos 748 incêndios, 99 por cento fossem resolvidos numa fase inicial.

Importa referir como pontos positivos, aquilo que foi a evolução da organização. Nomeadamente a consolidação do conceito táctico do ataque inicial e ampliado, a redefinição de regras de utilização de fogos tácticos de supressão, o melhor desempenho e segurança das equipas no combate, o aperfeiçoamento táctico e de intervenção dos meios aéreos, e ainda a consolidação dos sistemas de apoio à decisão e avaliação do dispositivo.

Nos últimos anos tem havido uma redução bastante animadora ao nível da área ardida...

Sim. Em termos de área ardida, os últimos três anos criam a boa perspectiva de que a situação possa melhorar significativamente. Principalmente tendo em conta que, ao nível do distrito, conseguimos fazer o despacho de meios em dois minutos e temos, como referi anteriormente, uma média de chegada ao teatro de operações dois minutos inferior à média nacional (que é de 11 minutos).

É realmente animador e tem muito a ver com a resposta que os vários agentes de Protecção Civil têm dado. Salientam-se naturalmente os corpos de bombeiros,

onde se tem vindo a verificar maior organização, disponibilidade e empenho para que se consigam estes resultados. Assim como o envolvimento dos sapadores florestais, da Afocelca e do cidadão no processo de defesa da floresta contra incên-

No entanto, o mês de Setembro, em Castelo Branco, fez subir bastante os valores de área ardida do

Esse aumento deve-se sobretudo ao dia 12 de Setembro, que foi o mais negativo de 2008. Nesse dia aconteceram, a partir das 11h45, um total de 18 incêndios em simultâneo, sensivelmente todos na área de intervenção do corpo de bombeiros de Castelo Branco. Isto provocou situações complexas relativas aos meios que tínhamos para

Cidadãos mais alerta

O alerta chega ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Castelo Branco na sua grande maioria pelo cidadão. Em caso de incêndio deve ligar o 112.

acudir a todas estas ocorrências.

Ainda para mais os incêndios iniciaram-se em zonas onde havia condições para que rapidamente as chamas progredissem. Por outro lado, nesse dia tivemos rajadas de vento muito forte, na ordem dos 80 km/hora. Foi um dia em que as temperaturas não eram muito altas, mas a humidade era muito baixa, e com as rajadas de vento forte influenciou o comportamento de três destes incêndios. E esses foram os três grandes incêndios do distrito em 2008, todos ocorridos no conselho de Castelo Branco. Resumindo,

em 748 ocorrências, 745 tiveram aparentemente bons resultados, e estas três ocorrências foram muito negativas tendo em conta a área ardida resultante dos incêndios.

Observando dados estatísticos recentes relativos aos incêndios no distrito, é possível localizar uma zona ou um concelho com maior tendência à ocorrência de incêndios florestais?

Daquilo que nos diz o histórico de dados estatísticos das últimas duas décadas podemos concluir que Castelo Branco, Fundão e Covilhã são os três conselhos que mais ocorrências têm. Representam cerca de 75 por cento do número total de ocorrências no distrito.

Isso terá a ver com vários factores. São os municípios que mais pessoas têm, que mais eixos rodoviários têm, entre diversas razões. O empenho e a estratégia devem procurar reduzir o número de ignições essencialmente nestes três municípios.

A prevenção estrutural é importante para facilitar os acessos e o combate aos incêndios florestais. Sente que esse trabalho tem tido bons resultados?

É evidente que a prevenção é sempre uma actividade inacabada. É uma competência da Autoridade Florestal Nacional e tem havido um empenhamento de todos na prevenção dos incêndios florestais. Refiro-me à limpeza dos matos e das zonas envolventes ao aglomerados populacionais e casas; e também à limpezas das estradas. Mas, isso é algo que tem que ser continuado, ser feito todos anos para que, nos períodos críticos, o risco esteja mitigado. Em parte, a melhoria e o sucesso da questão dos incêndios florestais tem muito a ver com o comportamento do cidadão e como ele ajuda a prevenir os fogos.

Número de Incêndios		
(distrito de Castelo	Branco)	
Covilhã	89	
Sertã	49	
Fundão	164	
Castelo Branco	186	
Penamacor	34	
Oleiros	21	
Proença-a-Nova	48	
Idanha-a-Nova	68	
Vila Velha de Ródão	59	
Belmonte	23	
Vila de Rei	7	

Número do Incôndios

Fonte: CDOS (1 Jan-31 Outubro)

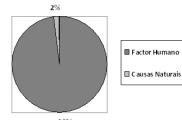
748

Total

Dispositivo

O dispositivo de combate a incêndios florestais para o distrito de Castelo Branco contou com 601 elementos apoiados por 138 viaturas. Nos três Centros de Meios Aéreos do distrito estiveram instalados sete meios aéreos: quatro aerotanques (dois médios e dois ligeiros) e três helicópteros (dois ligeiros e um mé-

Causas das ignições



Fonte: CDOS

Factores que influenciam o combate aos incêndios florestais

- A rapidez da detecção;
- A identificação do local;
- A hora a que a ocorrência tem iní-
- A simultaneidade de ocorrências;
- O vento e a humidade do material combustível;
- O dispositivo de resposta.







Zonas de Intervenção Florestal

AFLOBEI já elaborou Planos de Defesa da Floresta

A AFLOBEI já elaborou os Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDF) referentes às quatro Zonas de Intervenção aprovadas: ZIF Monforte da Beira - Malpica do Tejo; ZIF Sarzedas - Magarefa; ZIF Sarzedas -Estacal e ZIF de Penha Garcia. Os PDF das três primeiras estiveram já em consulta pública durante 30 dias, para que os proprietários e produtores florestais abrangidos pelas respectivas áreas efectuassem as sugestões que considerassem convenientes. Antes disso foram apresentados à Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Castelo Branco, da qual receberam parecer favorável.

O Plano de Defesa da Floresta da ZIF de Penha Garcia está em consulta pública entre 14 de Novembro e 14 de Dezembro. Entretanto, recebeu também parecer favorável das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Municípios de Idanha-a-Nova e Penamacor. Os interessados em consultar o documento podem fazê-lo na sede da AFLOBEI ou nas Juntas de Freguesia dos dois municípios envolvidos.

Uma vez terminado o período de consulta pública, os proprietários e produtores florestais abrangidos pela ZIF têm 15 dias para apresentar sugestões ou correcções à entidade gestora da ZIF - neste caso a AFLO-

Depois de todo este processo, os PDF são submetidos a aprovação da Autoridade Florestal



Nacional, que terá 30 dias para decidir sobre a sua aprovação.

Saliente-se que o Plano de Defesa da Floresta é um requisito necessário à constituição das ZIF. Tem como finalidade contribuir para a prevenção face a fogos florestais e consiste, de forma geral, em realizar uma avaliação global de tudo o que se encontra no terreno. Designadamente ao nível de carga combustível, de pontos de água, de rede viária e de outros aspectos relevantes.

Planos de Gestão Florestal

Para cada Zona de Intervenção Florestal será também necessária a elaboração de um Plano de Gestão Florestal (PGF). Este instrumento é de extrema utilidade para a gestão das propriedades, visto que permite orientar a intervenção nos espaços florestais, promovendo o ordenamento do território e potencializando a produção sustentada de bens e serviços. Enquanto Entidade Gestora, a AFLOBEI vai também elaborar o PGF adaptado a cada uma das ZIF.

ZIF Castelo Branco, ZIF Benquerenças e ZIF Malhada do Cervo em requerimento

Os processos das ZIF de Castelo Branco, Benquerenças e Malhada do Cervo estão já na última fase do processo, a aguardar a aprovação do requerimento feito ao Ministro da Agricultura. Se merecerem parecer positivo, segue-se a oficialização da sua criação, através da publicação das respectivas portarias em Diário da República.

A AFLOBEI foi desde cedo uma das principais impulsionadoras da constituição de Zonas de Intervenção Florestal na Beira Baixa. As ZIF foram um instrumento criado pelo Governo Português há sensivelmente três anos, através do Decreto-Lei nº127 de 2005. O objectivo da sua criação passa sobretudo por promover a gestão conjunta de áreas por uma única entidade, para assim possibilitar uma melhor ges-tão dos espaços florestais.

ZIF no PRODER

O Programa de Desenvolvimento Rural (PRO-DER) privilegia projectos realizados no âmbito de Zonas de Intervenção Florestal. A Accão 1.3.1 – Melhoria Produtiva dos Povoamentos, já com período de candidatura iniciado (até 10 de Fevereiro de 2009) atribui a projec-

tos no âmbito das ZIF limites máximos de apoio superiores. Obriga ainda a que, quando se trate de beneficiação de povoamentos florestais, a intervenção incida em espaços dotados de Plano de Gestão Florestal (PGF) com dimensão superior a 25 hectares, apenas com a excepção de povoamentos de fomadeira de elevada qualidade e de alfarrobeira (em que aquela dimensão é de 5 hectares).

No caso de ZIF não é necessário apresentar um PGF aquando da candidatura ao pedido de apoio. No entanto, o primeiro pagamento do apoio fica condicionado à aprovação do PGF. Devem-se também desta-

car os apoios relativos lhosas produtoras de <u>às acções da Medida</u> 2.3 – Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal, já com a regulamentação publicada em Diário da República. As ZIF são prioritárias na atribuição dos apoios e prevêem benefícios no nível dos apoios ao investimento. Esse benefício verifica-se em investimentos como a instalação e manutenção de faixas de gestão de combustível; controlo de pragas e doenças na sequência de incêndios; reflorestação de áreas ardidas; florestação de terras agrícolas e não agrícolas; e na reconversão de povoamentos com fins ambientais. A recuperação de montados de sobro/azinho e de povoamentos de castanheiro em declínio (áreas críticas) é apoiada a 100 por cento quando no âmbito de uma ZIF.



O avanço do Nemátodo da Madeira do Pinheiro por território português tem provocado preocupação na produção e indústria da madeira. Em entrevista ao Folha Florestal, José Manuel Rodrigues, chefe da Divisão de Sanidade Florestal da Autoridade Florestal Nacional, explica o que tem sido feito pelo Estado Português.

Doença detectada no distrito de Castelo Branco

Combate ao Nemátodo cabe a todos

Em Junho, legislação europeia e nacional passaram a considerar o território continental português como afectado pelo NMP. Quais as implicações desta decisão para os proprietários/ produtores florestais e para a indústria da madeira?

As implicações directas desta decisão são a necessidade de aplicação das medidas de protecção extraordinária dirigidas ao Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), consagradas na legislação, à totalidade do território continental. No que respeita aos proprietários e outros titulares isto envolve a obrigatoriedade de remoção, pelos mesmos, das árvores hospedeiras do NMP (sobretudo pinheiros mas também outras resinosas - abetos, cedros, larixs, píceas ou espruces, falsas tsugas e tsugas) identificadas como infestadas pelo NMP bem como as que apresentam sintomas de declínio, isto é as que se encontram enfraquecidas, com a copa seca ou a secar, não esquecendo, entre estas, as localizadas em áreas percorridas por incêndios. Ao nível da Indústria, a consequência mais significativa é a necessidade de readequação ou de capacitação, dadas as exigências relativas ao tratamento e circulação dos produtos e subprodutos oriundos de árvores hospedeiras.

É também premente referir que o facto de se considerar todo o território continental Zona de Restrição do NMP pretende contribuir para um mercado mais equilibrado e reduzir as possibilidades de especulação quanto aos preços da "madeira de pinho".

Presentemente, que restrições e obrigações existem sobre o território português na questão do NMP?

Genericamente, existem obrigações em termos de exploração florestal das árvores coníferas hospedeiras do NMP, incluindo restrições/imposições à movimentação do material resultante.

Em síntese, é obrigatória a eliminação, de imediato, de árvores de coníferas hospedeiras que apresentem sintomas de declínio, se este for detectado entre 2 de Abril a 31 de Outubro (o período de vôo de um insecto responsável pela transmissão do NMP árvore a árvore, por isso designado insecto-vector). Assim como as detectadas infestadas (positivas para a presença de



Longicórnio do pinheiro (insecto-vector)

NMP) localizadas nos 20 quilómetros adjacentes à fronteira terrestre com Espanha (e de todas as localizadas num raio de 50 metros ou que cubra pelo menos 10 exemplares, sintomáticas ou não). No âmbito das prorrogativas da inspecção fitossanitária, estipuladas pelo DL 154/2005 é ainda possível ordenar a aplicação de outras medidas de protecção fitossanitária sempre que necessário. É o que sucede neste momento, por exemplo, relativamente às zonas onde foi detectado NMP pela primeira vez, em que se exige a eliminação das árvores infestadas e das que apresentem sintomas de declínio, num raio de 50 metros.

Relativamente à circulação de madeira susceptível, caso seja proveniente de árvores sintomáticas ou infestadas, esta deve, durante o período de vôo do insecto, ser imediatamente destruída ou descascada, após o abate, e enviada para parque de recepção, onde ficará sujeita à aplicação de fumigante ou molha permanente. Poderá então ser transportada para unidades industriais autorizadas localizadas na vizinhança e ser utilizada como combustível ou submetida aos tratamentos fitossanitários preconizados para posterior utilização, designadamente tratamento pelo calor ou trituração e fumigação. Também no caso de árvores não sintomáticas, testadas e identificadas negativas para a presenca de NMP é necessário o descasque imediato após o abate, transporte para unida-

"O factor humano desempenhou um papel importante na dispersão da doença"

"Valores de combate ao Nemátodo ascendem a cerca de 43 milhões de euros"

des industriais autorizadas e sujeição aos procedimentos referidos. No período de não vôo do insecto os condicionalismos são, em regra, similares.

A casca e sobrantes do abate e do processamento devem ser queimados ou submetidos aos processamentos e tratamentos previstos. Deve ser sublinhado que a eliminação dos sobrantes de exploração florestal assume, aliás, um papel extremamente importante para o controlo da doença.

No caso de circulação para os 20 quilómetros adjacentes à fronteira terrestre com Espanha, Arquipélagos e para os outros Estados Membros, bem como de exportação para países terceiros, a madeira susceptível sob a forma de toros e a casca isolada deve ser submetida a tratamento pelo calor e, se na forma de estilhas, partículas, desperdícios ou aparas, a tratamento por fu-

No caso da madeira sob a forma de embalagens, se produzidas a partir de 27/06/2008, devem ser submetidas a tratamento pelo calor ou fumigação, quer se destinem a circulação ou exportação; estes tratamentos aplicam-se também a madeira utilizada para carga, esteiras, separadores e suportes.

É possível, dada a dinâmica a que este processo tem vindo a estar sujeito e permanente reavaliação, que se verifiquem alterações aos diplomas em vigor a curto/médio

Há dois anos, numa entrevista ao Programa de Rádio da Aflobei, considerava que o NMP estava relativamente controlado e confinado a uma área. O que é que aconteceu para que hoje o problema tenha adquirido uma dimensão bastante maior?

Efectivamente a situação no terreno em 2006 era distinta. É certo que se vinha a assistir a um alargamento da zona então afectada o que, em parte, motivou a determinação, pela Comissão Europeia, do estabelecimento de uma Faixa de Contenção Fitossanitária, isto é, um corredor onde foram eliminadas as árvores hospedeiras do NMP, sintomáticas ou não, com o intuito de prevenir a dispersão da doença. Mas, por outro, os dados existentes apontavam então para uma redução do número de árvores infectadas, evidenciando que são vários os agentes, bióticos e abióticos, responsáveis pelo declínio (e relembro que na impossibilidade de testar todas as árvores são estas que removemos, isto é, as que apresentem sintomas de declínio).

No que respeita aos motivos que justificam agora a presença de NMP noutras zonas do país, não tendo ainda sido possível determinar exactamente quais as suas verdadeiras causas (estando no entanto estas a ser averiguadas, designadamente por recurso a análises biomoleculares) é, no entanto, provável que o factor humano tenha desempenhado um papel importante na dispersão da doença, aliás, como tem sucedido em outros países onde o NMP está presente. A acção humana desempenha um papel fundamental na dispersão (e por consequência no controlo) deste inimigo.

O Ministro da Agricultura recentemente referiu que de 2.249 análises realizadas a árvores doentes, apenas 2,9 por cento revelaram dever-se ao nemátodo. É possível terse certezas da dimensão que o NMP tem actualmente Portugal?

Confrontada com a detecção de focos positivos fora da antiga Zona de Restrição (estabelecida em torno da Península de Setúbal), a Autoridade Florestal Nacional, entre outras medidas, desencadeou de imediato um intenso plano de prospecção e amostragem que neste momento totaliza já cerca de 3000 amostras de coníferas hospedeiras, colhidas em todo o país mas com mais expressão na zona Centro e na região próxima da fronteira.

Face à intensificação da prospecção e amostragem que tem vindo a decorrer em contínuo, desde então, a AFN considera dispor de um conjunto de informações que permite com razoável segurança ter, por um lado, uma visão da dispersão do NMP no país e, por outro, do real nível de infecção por NMP no que respeita às árvores que apresentam sintomas de declínio. Na realidade existem já actualizações aos dados então apresentados pelo Sr. Ministro, para uma percentagem de 2.7% de árvores sintomáticas identificadas como infestadas por NMP.

A AFN tem estimativas do número de árvores que foram já abatidas para controlo do NMP e dos valores que isso implicou?

Foram abatidas, desde o início do Programa de Luta Contra o NMP, cerca de um milhão e trezentas mil árvores na antiga Zona de Restrição (estabelecida em torno da Península de Setúbal); cerca de um milhão na Faixa de Contenção Fitossanitária (a que acresce um número muito superior de exemplares de reduzida dimensão, DAP<10); e um número ainda não apurado para os cortes nos locais em que foram identificadas árvores positivas para a presença de NMP, processo que está a decorrer.

Em termos de valores implicados, contabilizando as várias acções realizadas ao longo de dez anos, ascenderão no total a cerca de 43 milhões de euros; estes valores foram suportados pelo Estado Português e por fundos comunitá-



Em Junho deste ano, foi criado pela Portaria n.º 553-B/2008 o Programa de Acção Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro. Concretamente, o que está a ser feito para fazer face ao Nemátodo?

Estão a ser desenvolvidas várias acções no âmbitos dos quatro Eixos Estratégicos definidos no Programa de Acção, a saber:

Relativamente à prospecção e amostragem, foi assumida a monitorização de mais de 3300 parcelas até ao final do ano com a respectiva recolha de amostras (mínimo de 3000 amostras e análises), número que será cabalmente cumprido e mesmo ultrapassado. A acção continuará e reforçar-se-á em 2009. Estas acções estão a ser conduzidas pela AFN.

Foi conduzida a erradicação de árvores sintomáticas na ex Zona Tampão (em redor da Península de Setúbal), em dois focos positivos, um na Arganil e na Lousã, que está a decorrer em contínuo na ex Zona Afectada e também nos casos detectados positivos noutras zonas do país, de acordo com Edital remetido às freguesias e municípios abrangidos. Estas acções foram/serão realizadas maioritariamente por empresas contratadas para o efeito em substituição dos proprietários, legítimos responsáveis, caso estes não o façam.

O controlo da actividade de exploração florestal e circulação de materiais lenhosos de coníferas hospedeiras do NMP está a ser articulado com a Guarda Nacional Republicana, tendo sido definidas prioridades de fiscalização. A eventual aplicação de coimas (pela AFN e a Direcção Geral de Agricultura) pode atingir 44 890 euros, a que se somam as sanções acessórias.

Quanto ao sistema de inspecção, para supervisão e controlo das unidades industriais, foi reforçado, estando prevista a realização de acções de formação/reciclagem, consubstanciada em Directiva Operacional específica. Esta, para além da adopção do conjunto de normas e de procedimentos necessários ao

processo de certificação das unidades industriais que tratam a madeira, inclui também as determinadas pelo International Forestry Quarantine Research Group e que farão parte do conjunto de requisitos a cumprir para a autorização e verificação das condições de tratamento das unidades industriais.

O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, em conjunto com o Ministério da Economia e Inovação estão a desenvolver o processo de certificação nacional de unidades industriais que tratam materiais lenhosos, tendo já o Instituto Português da Qualidade estabelecido uma Comissão Técnica, que definiu as normas de instalação e operação de unidades industriais de tratamento e que serão consolidadas nos próxi-

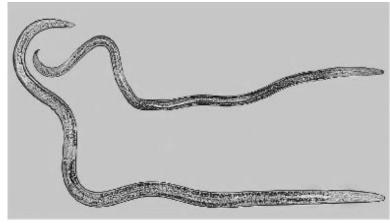
Na área da sensibilização têm vindo a ser desenvolvidas uma série de acções, de abrangência nacional, envolvendo não só entidades da fileira florestal, mas também outros agentes e o público em geral com o objectivo de aumentar a informação e consciencialização para o problema do nemátodo da madeira do pinheiro. Está também prevista a realização de acções de formação/reciclagem a técnicos de Organizações de Produtores Florestais e dos Gabinetes Técnicos Florestais das Câmaras Municipais com o objectivo de alargar o universo de entidades dedicadas à questão do NMP.

Há, até ao momento, alguma evidência da presença do NMP no distrito de Castelo Branco?

Até ao momento foi identificado apenas um caso positivo, na Freguesia de Oleiros, Concelho de

O que deverão fazer os produtores florestais se for confirmada a presença do NMP próximo das suas propriedades?

Se for confirmada a presença do NMP próximo das suas propriedades os proprietários deverão estar atentos à publicação de editais que possam requerer o corte de árvores hospedeiras do NMP, num raio que



Nemátodo da Madeira do Pinheiro

"Foi identificado um caso positivo na Freguesia de Oleiros."

pode abranger as suas propriedades, devendo mesmo tomar a iniciativa de o fazer espontaneamente, sobretudo no que respeita a árvores que apresentam sintomas de declínio. Podem informar-se junto dos serviços regionais de quais as obrigações fitossanitárias e documentais a cumprir no que respeita à actividade de exploração florestal (corte, rechega, eliminação de sobrantes, transporte a unidades autorizadas)

É, actualmente, ilusório desejar a erradicação do NMP de Portugal? Qual é o objectivo que realisticamente se pode procurar?

Actualmente os objectivos centram-se essencialmente na erradicação de focos isolados, sempre que tal seja exequível e, regra geral, na contenção da dispersão nos outros casos e diminuição da taxa de infecção. É também crucial estarmos perante um público informado que tenha presente as implicações de acções negligentes no que respeita ao movimento de madeira de coníferas hospedeiras e que, neste sentido, vigie as acções dos vários intervenientes e promova a informação a terceiros, em complemento às acções de fiscalização e controlo bem como de in-

formação conduzidas pelas entidades oficiais. Faço notar que o problema do Nemátodo da Madeira do Pinheiro não é um problema do governo, nem um problema em exclusivo dos proprietários florestais e dos industriais da fileira do pinho mas um problema do Estado. É de todos nós portanto, dado que o património florestal põe à disposição de todos, recursos dos quais podemos usufruir. A sua preservação deveria ser, logo, interesse comum.

Em Outubro foi noticiado que três empresas perderam a sua certificação após terem exportado madeira infectada pelo NMP. Será complicado ganhar a confiança do mercado estrangeiro na madeira portuguesa?

Existe, de facto, presentemente, alguma desconfiança por parte dos Estados-Membros relativamente aos produtos e subprodutos de coníferas hospedeiras exportados, dadas as detecções referidas. Contudo, dado o processo de inspecção aos operadores registados, o processo de certificação em preparação, a preparação e implementação de Directivas Operacionais para fiscalização e controlo, para além da possibilidade de condução de inspecções ao país para verificação da conformidade das acções com o proposto, cremos que esta confiança poderá ser reconquistada.

Uma Decisão da Comissão Europeia de 7 de Outubro (2008/790/CE) demonstra algum receio de propagação do NMP a

"NMP já é encarado como uma ameaça à floresta Europeia"

Espanha. Se for confirmada a presença da doença em Espanha, o NMP poderá tornar-se uma ameaça para a floresta europeia?

O NMP pode já ser encarado como uma ameaça à floresta Europeia, tal como outros organismos de quarentena, sobretudo no contexto de comércio global e mercado livre; aliás é por esse motivo que Portugal tem vindo a ser alvo de um controlo estrito das acções de extracção, processamento e circulação/exportação dos produtos e subprodutos de coníferas hospedeiras, desde a detecção de NMP no país. A isso seguiu-se a imediata notificação à Comissão Europeia, como previsto. O facto de ser confirmada a sua presença em Espanha e noutros países e ocorridas as devidas notificações à Comissão Europeia, consistindo obviamente numa expansão da problemática a outros países e portanto à floresta europeia poderá no entanto assegurar a adopção de standards de controlo fitossanitário equiparáveis aos exigidos actualmente a Portugal, por todos os países. Programas de monitorização mais elaborados, maior consciencialização e envolvimento do público para as temáticas fitossanitárias e aumento da massa crítica em termos de knowhow científico e de preparação/implementação de planos de contingência e contenção de agentes nocivos à floresta. E, nesse sentido, consistir num espaço também de oportunidade conjunto de reflexão e acção no que respeita ao papel que os Estados entendem que as florestas deverão desempenhar nacionalmente e ao nível da União Europeia e outras questões relacionadas com o comércio internacio-

Tejo Internacional novos apoios

As candidaturas à Intervenção Territorial Integrada Tejo Internacional irão decorrer na mesma época que as candidaturas ao pagamento único. Se pretender candidatar-se a um apoio de natureza silvo ambiental, deverá apresentar um plano de intervenção plurianual aprovado pela estrutura local de apoio, a qual é constituida pelas seguintes entidades:

- DRAP CENTRO
- AFLOBEI
- ICNB Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade
- AFN Autoridade Florestal Nacional - QUERCUS

Informe-se já, contactando a sua delegação na DRAP CENTRO.

Porco Preto valoriza montados da Beira Interior

A AFLOBEI apoia projectos de integração do porco preto em propriedades de associados, dinamizando e promovendo esta importante mais-valia para as áreas de montado de azinho e sobro da Beira Interior.

Na procura de novas oportunidades para os associados, a AFLO-BEI desenvolve o serviço de aconselhamento técnico e preparação das explorações para a produção de porco preto em regime extensivo de montanheira. Esta é uma oportunidade de valorizar as explorações nesta região, aumentando o seu rendimento socio-económico e ambiental.

A prática da montanheira iniciase nos meses de Outubro ou Novembro, prolongando-se por três/quatro meses. Caracteriza-se por ser um período de engorda à base de uma alimentação composta por bolota e ervas que são oferecidas pelo montado de sobro e azi-



nho.

Antes de cada campanha, entre Julho e Setembro, é necessário proceder ao licenciamento das explorações, serviço no qual a AFLO-BEI também presta apoio.

Existem boas perspectivas de exploração do porco preto na Beira Interior, uma vez que a região possui características próprias de um sistema agro-silvo-pastoril, com áreas de montado de sobro e azinho que se estendem pelo seu território.

É, portanto, um mercado com elevado potencial de desenvolvimento e uma aposta na promoção dos produtos regionais de qualida-

AFLOBEI com projecto de enxertia

A AFLOBEI está a realizar uma iniciativa de enxertia do pinheiro manso, executando as várias fases do processo. A primeira fase teve início em Maio de 2008, e foi assinalada com uma accão de formação em que marcaram presenca vários associados, na Herdade do Vale Feitoso, em Penha Garcia.

O processo tem evoluído desde aí com a assistência técnica da AFLOBEI. Pode acompanhar a execução e os resultados da enxertia através de actualizações frequentes no site da AFLOBEI.



Prazos definidos

Acção 1.3.1

«Melhoria

produtiva de

povoamentos»

Portaria 828/2008

de 8 de Agosto

Outras despesas elegíveis

Acções florestais do PRODE

Estão abertos os prazos para apresentação de candidaturas aos apoios de várias acções florestais do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural. Apresentamos aqui as medidas florestais do PRODER com regulamentação já publicada em Diário da República.

Medida 1.3 - Promoção da competitividade florestal

Despesas relativas à Despesas elegíveis se Despesas Elegíveis realizar pelo menos uma melhoria dos povoamentos Associadas das anteriores Adensamento de clareiras Controlo da vegetação Protecções individuais de espontânea plantas Desramações e limpeza de Cercas ou redes Fertilizações ou instalação de árvores jovens culturas melhoradoras do solo (prados permanentes) Construção e beneficiação Podas de formação da rede viária Tratamentos Fitossanitários Selecção de árvores "de futuro" Parques de recolha de (marcação de sobreiros jovens) Sacha e amontoa matérias primas florestais Correcção de densidades excessivas (povoamentos

Equipamentos de corte (motosserras, motorroçadouras, cortamatos e estilhaçadores)

Reconversão de povoamentos mal adaptados

jovens)

Instalação de elementos de descontinuidade

Selecção de varas em povoamentos explorados em

regime de talhadia

Gestão Cinegética

(Zonas de caça associativa; Zonas de caça turística)

Gestão de pesca nas águas

Apicultura

Produção de cogumelos silvestres, de plantas aromáticas, condimentares e medicinais e de

Beneficiação de material de base inscrito ou a inscrever no Catálogo Nacional de Materiais de Base

Instalação de pomares de sementes, progenitores familiares, clones e mistura clonal, para aquisição de materiais de reprodução certificados Reconversão de povoamentos mal adaptados na mesma ou noutra espécie (excepto o eucalipto)

Povoamentos mal adaptados - apresentam produtividade não adequada às condições locais, com valores de produção inferiores a 50% da produção estimada para a estacão

Instalação de campos de alimentação e de espécies arbóreas e arbustivas produtoras de fruto

Instalação e beneficiação de zonas de refúgio, comedouros, bebedouros, limpezas pontos água; Instalação de observatórios de fauna e aquisição de equipamentos associados; etc

Instalação de espécies arbóreas e arbustivas melíferas

Aquisição de colmeias e de equipamento de protecção ao apicultor

Aquisição de equipamento de extracção e processamento de produtos apícolas para unidades de produção primárias

Aquisição e aplicação de inoculo de cogumelos comestíveis; Instalação de espécies arbóreas e arbustivas micorrizadas; e Disseminação de esporos

Instalação de espécies aromáticas, condimentares e medicinais; Instalação de espécies produtoras de frutos silvestres, etc

Acção 1.3.3

Acção 1.3.2

«Gestão

multifuncional»

Portaria 821/2008

de 8 de Agosto

«Modernização e capacitação das empresas florestais»

Portaria 846/2008 de 12 de Agosto Colheita, recolha, concentração e triagem de material lenhoso, incluindo biomassa florestal e resina

Extracção, recolha e concentração de cortiça nas unidades de produção

Primeira transformação de material lenhoso, incluindo a biomassa florestal e resina

Primeira transformação de cortiça

actividade no sector florestal (material lenhoso, biomassa e resina)

> Pequenas e médias empresas que se dediquem à colheita, concentração ou transformação de cortiça

Microempresas com

Período de Candidaturas **ACÇÕES** Acção 1.3.3 23 de Outubro a 15 de Dezembro de Modernização e Capacitação das Empresas Florestais Acção 1.3.1 10 de Novembro de 2008 a 10 de Melhoria Produtiva dos Povoamentos Fevereiro de 2009 Acção 1.3.2 2 de Dezembro de 2008 a 15 de Gestão Multifuncional Março de 2009 Subacção 2.3.1.1 2 de Dezembro de 2008 a 15 de Março de 2009 Defesa da Floresta Contra Incêndios Subacção 2.3.2.1 2 de Dezembro de 2008 a 31 de Recuperação do Potencial Produtivo Março de 2009 Subacção 2.3.2.2 2 de Dezembro de 2008 a 31 de Inst. de Sist. Florestais e de Sistemas Agro-Março de 2009 Subacção 2.3.3.2 24 de Novembro de 2008 a 28 de Reconversão de Povoamentos Com Fins Fevereiro de 2009 **Ambientais** 24 de Novembro de 2008 a 15 de Subacção 2.3.3.3 Protecção Contra Agentes Bióticos Nocivos Janeiro de 2009

NÍVEL DOS APOIOS

Acção 1.3.1 «Melhoria produtiva de povoamentos»			
Tipologia	Zonas não desfavorecidas	Zonas desfavorecidas	
Beneficiação de povoamentos de espécies de rápido crescimento e reconversão de povoamentos mal adaptados	30	%	
Beneficiação de povoamentos de espécies resinosas e instalação de pomares de espécies resinosas	50	%	
Beneficiação de povoamentos de espécies resinosas e instalação de pomares de espécies resinosas	50%	60%	
Parques de recolha de matérias -primas e equipamento de corte	50	%	
Restantes despesas	50%	60%	

NÍVEL DOS APOIOS

Acção 1.3.2 «Gestão multifuncional»			
Tipo de Beneficiário	Zonas não desfavorecidas	Zonas desfavorecidas	
 Entidades gestoras de ZIF e de Áreas Agrupadas Organizações de produtores florestais e de agricultores; Órgãos de administração dos baldios 	50%	60%	
- Entidades gestoras de caça associativa, turísticas ou de pesca desportiva	40%	50%	
- Produtores florestais	30%	40%	

NÍVEL DOS APOIOS

Acção 1.3.3 «Modernização e capacitação das empresas florestais»

	Localização		
Tipologia de investimento	Regiões fora de convergência	Regiões de convergência	
Colheita, recolha, concentração e triagem de material lenhoso, incluindo a biomassa florestal e resina	35%	45%	
Extracção, recolha e concentração de cortiça nas unidades de produção	40%	50%	
Primeira transformação de material lenhoso, incluindo a biomassa florestal e resina	35%	45%	
Primeira transformação de cortiça:			
- Inserido em zona de produção suberícola	40%	45%	
- Não inserido em zona de produção suberícola	30%	30%	

R com candidaturas abertas

Medida 2.3 - Gestão do espaço florestal e agro-florestal

Acção 2.3.1

«Minimização de riscos»

Portaria 1137-C/2008 de 9 de Outubro

«Defesa da Floresta Contra Incêndios» (Subacção 2.3.1.1)

Acções estruturais em articulação com os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios

«Minimização de riscos bióticos após incêndios»

São privilegiados os investimentos no âmbito de Zonas de Intervenção Florestal

Instalação e manutenção de parcelas integradas na rede primária de faixas de gestão de combustível

Instalação e manutenção de mosaicos de parcelas de gestão de combustível

Construção e beneficiação de pontos de água (rede de pontos de água)

incêndios

Controlo de espécies invasoras lenhosas, na sequência de incêndios

Despesas Elegíveis

Adensamento

Desramações e podas

Tratamentos fitossanitários

Remoção do material ardido

Instalação de elementos de descontinuidade

Instalação de pastagens biodiversas

Correcção e fertilização do solo

Aquisição e instalação de protecções

Controlo de pragas e doenças, na sequência de

Acção 2.3.2

«Ordenamento e recuperação dos povoamentos»

Portaria 1137-B/2008 de 9 de Outubro

Acção 2.3.3

«Valorização

ambiental dos

espaços florestais»

Portaria 1137-

D/2008 de 9 de

Outubro

«Recuperação do potencial produtivo» (Subacção 2.3.2.1)

«Instalação de sistemas

florestais e agro-

florestais» (Subacção 2.3.2.2)

áreas afectadas por incêndios ou agentes bióticos nocivos

> Florestação de terras agrícolas

Restabelecimento do

potencial silvícola de

Florestação de terras não agrícolas

Instalação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas

Florestação

individuais de plantas

Desnesas

Elegíveis

Instalação de

povoamentos

florestais

Destruição de cepos

Construção e

beneficiação de rede

viária e divisional

«Promoção do valor ambiental dos espaços rurais»

(Subacção 2.33.1)

«Reconversão de povoamentos com fins ambientais»

(Subacção 2.33.2)

«Protecção contra agentes bióticos nocivos» (Subacção 2.33.3)

Controlo da erosão em zonas degradadas ou em risco de erosão acentuada (elevada susceptibilidade à desertificação)

Manutenção e recuperação de paisagens notáveis, montados de azinho notáveis (Rede Natura 2000); Manutenção de galerias ripícolas e corredores ecológicos

Reconversão de povoamentos com fins ambientais

Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (áreas definidas pela Autoridade Florestal Nacional)

Recuperação de montados de sobro e azinho e povoamentos de castanheiro em declínio (áreas definidas pela AFN)

Controlo de espécies invasoras lenhosas não indígenas

NÍVEL DOS APOIOS

Subacção n.º 2.3.1.1 «Defesa da floresta contra incêndios»			
Tipo de Beneficiário	Faixas de Gestão de Combustível	Outros Investimentos	Aquisição de Equipamentos Específicos
- Entidades Gestoras de ZIF;- Entidades Gestoras de Baldios;- Organismos da Admin. Central	100%	90%	50%
- Restantes Beneficiários	80%	70%	40%

Subacção n.º 2.3.1.2 «Minimização de riscos bióticos após incêndios»

Tipo de Beneficiário	Áreas de intervenção prioritária indicadas no aviso de abertura do concurso	Outras Áreas
- Entidades Gestoras de ZIF;- Entidades Gestoras de Baldios;- Organismos da Admin. Central	100%	90%
- Restantes Beneficiários	80%	70%

NÍVEL DOS APOIOS

Subacção n.º 2.3.2.1 «Recuperação do potencial produtivo»

Tipo de Beneficiário	Estabilização de emergência após incêndio e reabilitação	Reabilitação e reflorestação		
Tipo de Benenciario	de habitats florestais em áreas classificadas	<u>Folhosas</u>	Resinosas	
- Entidades Gestoras de ZIF;- Entidades Gestoras de Baldios;- Organismos da Adm. Central	100%	70%	60%	
- Restantes Beneficiários		60%	50%	

Subacção n.º 2.3.2.2 «Instalação de sistemas florestais e agro-florestais»

	*		
Tipo de Beneficiário	Florestação de Terras Agrícolas e de Terras Não Agrícolas		Instalação de Sistemas Agro-Florestais
	Folhosas	Resinosas	Agi o-Fiorestais
- Entidades Gestoras de ZIF;- Entidades Gestoras de Baldios;- Organismos da Adm. Central	70%	60%	50%
- Restantes Beneficiários	60%	50%	

NÍVEL DOS APOIOS

Subacção n.º 2.3.3.1 «Promoção do valor ambiental dos espaços florestais»

Tipo de Beneficiário	Controlo de processos de erosão/manutenção e recuperação de paisagens notáveis, montados de azinho notáveis inseridos na Rede Natura 2000, galerias ripícolas e de corredores ecológicos
- Todo o tipo de Reneficiários	100%

Subacção n.º 2.3.3.2 «Reconversão de povoamentos com fins ambientais»

Tipo de Beneficiário	Reconversão de povoamentos com fins ambientais
Entidades Gestoras de ZIF;Entidades Gestoras de Baldios;Organismos da Admi.Central	70%
- Restantes Beneficiários	60%

Subacção n.º 2.3.3.3 «Protecção contra agentes bióticos nocivos»

	Controlo	1 NATE		Controlo de espécies invasoras lenhosas	
Tipo de Beneficiário	do NMP em áreas definidas pela AFN	de sobro e azinho e de pov. de castanheiro em declínio	Áreas com problemas de estabilidade ecológica	Outras áreas	
- Entidades Gestoras de ZIF;- Entidades Gestoras de Baldios;- Organismos da Adm. Central	100%	100%	80%	60%	
Restantes Beneficiários		80%	60%	50%	



Seminário

AFLOBEI apresentou desafios para a floresta

O Seminário «Tradição e Futuro: Desafios da Nossa Floresta», organizado pela AFLOBEI, realizou-se dia 8 de Outubro no auditório da NERCAB, em Castelo Branco. O evento contou com cerca de 180 pessoas, que durante uma tarde assistiram a um total de nove palestras sobre os mais importantes mercados florestais tradicionais e emergentes.

O primeiro painel centrou-se nos mercados florestais de sempre (madeira para celulose, madeira de pinho e mercado da cortiça), e o segundo painel foi dedicado aos recentes mercados da biomassa florestal e sequestro de carbono. Finalmente, o terceiro painel contemplou o financiamento do PRODER para o sector florestal e a certificação florestal, que implica para o mercado a prática de uma gestão florestal sustentável.

O sector florestal português vive tempos agitados, que se transformam em janelas de oportunidades para desenvolver a floresta, para investir na qualidade da oferta e na exploração de novos produtos e serviços.

Não obstante a diversidade dos mercados analisados, cada um com as suas próprias condicionantes e potencialidades, uma ideia é comum em todos: está na mão da produção e da indústria transformar as dificuldades em oportunidades, e rentabilizar o valor económico, ambiental e social da floresta.

As empresas e associações presentes no Seminário têm conseguido desenvolver, com sucesso, a sua actividade nas respectivas fileiras florestais. Para tal, tem contribuído, acima de tudo, uma forte aposta na qualidade da gestão e operacionalização do investimento, e na inovação de processos e tecnologias. O sector florestal está a evoluir, e procura responder às necessidades e desafios dos tempos actuais. O futuro da produção comercial tem ao seu dispor modernos instrumentos de mercado, como a certificação florestal, o aproveitamento de produtos como a biomassa florestal e de serviços como a fixação de car-

Em resumo, para que a nossa floresta consiga ser competitiva, urge aumentar a qualidade da gestão florestal, aumentar a produtividade da floresta, promovendo a sua sustentabilidade e das actividades económicas florestais.

Mercado da Cortiça (APCOR – Associação Portuguesa da Cortiça)

Reforçar a rolha e apostar em produtos inovadores

Portugal é o maior exportador de cortiça enquanto matéria-prima, com valores de exportação próximos às 160 mil toneladas e aos 850 milhões de euros. A França, os Estados Unidos da América e a Espanha são os principais destinos da produção portuguesa.

A rolha de cortiça é, naturalmente, o produto de cortiça mais exportado, dominando o mercado da cortiça. Talvez por isso, Joaquim Lima, director-geral da APCOR, defenda o desenvolvimento de novos produtos. A aposta passa por dar outras aplicações à cortiça, associá-la a outros materiais, promovendo a sua utilização no universo do design e elevando a cortiça a material nobre.

A APCOR defende também o aumento da qualificação dos trabalhadores do sector, a continuação do investimento na inovação, a adopção de processos mais eficientes, e de sistemas de gestão da qualidade e rastreabilidade dos produtos.

A indústria da cortiça promove e sustenta o montado de sobro, que é o habitat por excelência de muitas espécies animais e vegetais. Este ecossistema é também importante em termos ambientais, uma vez que o montado português fixa 4,8 milhões de Toneladas de CO2, por ano. Estas vantagens são realçadas pela fileira da cortiça, de forma a combater a concorrência que os vedantes alternativos têm movido à



Painel "Mercados Tradicionais"

Este painel centrou-se nos mercados tradicionalmente mais importantes da floresta: madeira para celulose, madeira de pinho e cortiça.



Mercado da Madeira para Celulose (Celtejo, Grupo ALTRI)

Investir para produzir mais e com melhor qualidade

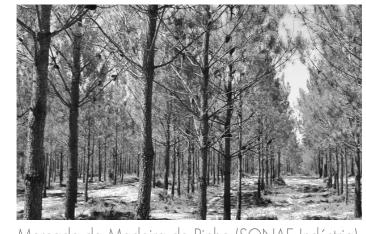
O Grupo ALTRI esteve representado no Seminário por Joaquim Ferreira Matos, administrador de várias empresas do Grupo. Em 2007, as três unidades industriais da ALTRI (Celbi, Caima e Celtejo) tiveram uma produção de pasta superior a 550 mil toneladas por ano, sendo que a imensa maioria tem com destino a exportação.

É também de destacar o papel das Organizações de Produtores Florestais, que são entendidas pelo sector da celulose como entidades que contribuem para a promoção de melhores práticas florestais entre os produtores privados.

A reduzida produtividade dos eucaliptais de algumas regiões é um dos problemas apontados pela ALTRI, que adianta que o baixo número de árvores por hectare se traduz em povoamentos sub-lotados e irregulares. Acresce que muitos dos povoamentos não recebem a intervenção adequada após a ocorrência de incêndios, situação que prejudica a indústria da pasta de papel e a floresta portuguesa.

O futuro da fileira da madeira de eucalipto para pasta de papel cen-

- Aumento da produtividade florestal;
- Reforço da eficiência e segurança, com especial atenção para a defesa da floresta contra incêndios;
- Integração das actividades desenvolvidas, permitindo a sua maior rentabilidade;
- Desenvolvimento de uma estratégia integrada de Inovação & Desenvolvimento, tendo em vista o melhoramento genético do euca-
- Actividade centrada no conceito "business and biodiversity", que prevê a introdução da protecção da biodiversidade nas estratégias e políticas das empresas.



Mercado da Madeira de Pinho (SONAE Indústria)

Madeira de melhor qualidade

O mercado da madeira de pinho precisa sobretudo de madeira de maior qualidade. Essa foi uma das principais mensagens de António Nabais, da SONAE Indústria - Abastecimentos Portugal.

É importante saber gerir o pinho, repondo as áreas ardidas e consolidando as serrações. Se a madeira for de qualidade, António Nabais garante a existência de mercado.

O Nemátodo da Madeira do Pinheiro tem vindo a assustar os proprietários de pinhais e a indústria da madeira. Para este responsável, a solução passa por procurar nesta situação uma oportunidade. Devem ser abatidos os pinheiros doentes e reflorestada novamente a área.

SUPLEMENTO



Apenas 4 centrais de biomassa têm concursos finalizados

Neste momento apenas três centrais de biomassa florestal estão em funcionamento. A Central de Mortágua e duas centrais no distrito de Castelo Branco, a Ródão Power e Centroliva, ambas em Vila Velha de Ródão. Paulo Preto dos Santos, das empresas Enerwood e Sobioen -Soluções de Energia, lembrou que, em 2006 foram anunciados 15 concursos para novas centrais de produção de electricidade através da biomassa, com uma potência conjunta máxima de 100 megawatts. No entanto, dois anos depois, apenas quatro foram contratados. Nove concursos aguardam a assinatura de

contrato e um dos concursos ainda não teve relatório de avaliação provisório.

Esta demora, de acordo com o responsável da Enerwood, tem provocado uma perda de peso da potência instalada em biomassa face a outras fontes de energia renovável. Apesar disso, em 2008, a produção anual de energia eléctrica com biomassa tem já um peso de 4,5% no total da produção de energia eléctrica nacional.

No entanto, existem diversas ameaças à viabilidade deste mercado. A mais relevante decorre de Portugal ter uma das tarifas de venda de energia produzida com recurso a biomassa mais baixas da União Europeia. No nosso país, a remuneração é de 107 /MWh, contra, a título de exemplo, um máximo previsto de 159 /MWh para Espanha (para espécies dedicadas) e de 300 /MWh para algumas centrais italianas.

Para o sector da biomassa em Portugal poder ser competitivo, o país terá que acompanhar a tendência europeia de subida das tarifas de remuneração da energia eléctrica.



O Seminário juntou profissionais dos quadrantes da produção, da industria, da investigação e do ensino, que assistiram com interesse às intervenções e participaram nos debates

Painel "Novos Mercados"

Este painel abordou alguns dos mercados emergentes na floresta. Em particular, a biomassa florestal e o carbono.

Biomassa – Da Produção Florestal à Indústria de Energia (MAPÁ – Floresta e Energia)

Mercado da biomassa terá que conseguir rentabilidade

José Miguel Lupi Caetano, presidente do conselho de administração da empresa MAPA - Floresta e Energia trouxe ao Seminário uma apresentação do ciclo da biomassa, da produção à indústria. Um ciclo que se inicia com a produção de estilha - a partir de resíduos florestais -, que é transportada para parques, onde é transformada e preparada para ser entregue em centrais de biomassa, para produção de

Neste contexto surgem dúvidas sobre a capacidade de se aproveitar com rentabilidade a biomassa florestal existente. O presidente da MAPA identifica vários constrangimentos, que resultam das características das propriedades florestais em algumas regiões: a ausência de uma exploração florestal activa, a reduzida dimensão das propriedades, as fracas acessibilidades e a morfologia do terreno. Tudo isto dificulta e encarece o processo de recolha da biomassa.

A solução para resolver estas situações obriga à inovação e ao investimento em soluções mais eficientes. O futuro desta fileira deverá trazer consigo o investimento em novos métodos e tecnologias de exploração florestal, a criação de entrepostos, o aumento da área de gestão florestal, a aposta na logística e em novos meios de transporte. E com tudo isto, o aumento da escala de negócio.



O Carbono e a Sustentabilidade Agro-Florestal (Projecto Extensity / Instituto Superior Técnico)

Produtores podem ser remunerados por mais-valias ambientais

O Projecto Extensity - Sistemas de Gestão Ambiental e de Sustentabilidade na Agricultura Extensiva, coordenado pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, visa optimizar o desempenho económico, social e ambiental das explorações agrícolas e agro-florestais.

De acordo com Ricardo Teixeira, um dos responsáveis pelo projecto, no qual a AFLOBEI é parceira, o Extensity conta com cerca de 100 explorações e perto de 70 mil hectares; a maioria constituída por montado, com especial foco na produção animal

O Extensity promove a produção animal em pastagens permanentes biodiversas ricas em leguminosas. Estas pastagens permitem um aumento da produtividade das pastagens, através do acréscimo sustentável do encabeçamento. Com isso, aumenta a matéria orgânica do solo, o que conduz a uma maior retenção de água, à diminuição da erosão e a um maior sequestro de carbono. As pastagens permanentes contribuem então para o incremento do sequestro de carbono (5 toneladas CO2/ha/ano), o que ajuda ao cumprimento do Protocolo de Quioto por parte de Por-

O Projecto Extensity está a desenvolver uma candidatura para que esse esforço seja remunerado pelo Fundo Português de Carbono. O objectivo é que os produtores agro-florestais e agricultores aderentes sejam remunerados com 5 a 10 euros por tonelada (cerca de 25 a 50 euros por hectare/ ano), permitindo uma valorização extra da sua propriedade.



Painel "Gestão Agro-Florestal Sustentável"

Este painel foi dedicado ao financiamento do PRODER para o sector florestal e à gestão florestal sustentável e sua certificação.

PRODER 2007-2013 (DRAP Centro)

Candidaturas aos apoios por Internet são a principal novidade

O PRODER 2007-2013 - Programa de Desenvolvimento Rural introduz algumas novidades na apresentação dos pedidos de apoio. Fernando Delgado, técnico da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, destaca o facto de todas as candidaturas serem feitas por internet. Isto é, os formulários são obtidos no sítio do PRODER (www.proder.pt) e são enviados por internet para os seus serviços. Ao contrário do que acontecia até agora, todos os restantes documentos obrigatórios na candidatura são enviados apenas posteriormente.

Fernando Delgado deixa um alerta para outra alteração importante: a partir de agora não é possível fazer correcções aos processos de candidatura após o término do prazo de entregas. Esta situação é tanto mais importante, porque,



de acordo com Fernando Delgado, nas acções agrícolas já abertas há mais tempo, têm sido aprovadas poucas candidaturas.

Principais regras do PRODER

Taxas de apoio

 Taxas de apoio ao investimento florestal são mais reduzidas relativamente aos antigos Programas AGRO e RURIS

Entrega dos pedidos de apoio

- Os pedidos de apoio são submetidos por concurso divulgado pela Autoridade de Gestão do PRODER com antecedência de 10 dias seguidos relativamente à data de publicidade do respectivo aviso de abertura
- Os formulários de pedidos de apoio são electrónicos, e estão disponíveis no site do PRODER (www.proder.pt)
- A submissão dos formulários é também feita via internet
- Nos avisos de abertura das candidaturas são definidas as regiões ou áreas de intervenção a abranger

Análise e decisão dos pedidos de apoio

- As Direcções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) analisam e emitem parecer sobre os pedidos de apoio (prazo máximo de 60 dias úteis)
- A análise e hierarquização dos projectos são feitas com base num quadro de valias (Valia do Beneficiário + Valia Estratégica + Valia Técnico-Económica = Valia

Global da Operação)

- Os pedidos de apoios são enviados à Autoridade de Gestão do PRODER, a quem compete a aprovação (prazo máximo de 35 dias úteis)
- Os projectos com parecer favorável, mas não aprovados por insuficiência orçamental no concurso transitam automaticamente para o concurso seguinte no qual sejam enquadráveis. Caso não sejam novamente aprovados são recusados em defini-

Contabilidade

- Obrigatoriedade de conta bancária específica para o projecto
- Pagamento das despesas por transferência bancária
- · Pagamento por cheques até ao montante total de 5000 euros (med.1.3.2.) ou 15000 euros (med.1.3.1., 2.3.2., 2.3.3.) ou 50000 euros acompanhados do extracto bancário (med.2.3.1.)

Plano de Gestão Florestal

• Nas acções 1.3.1 «Melhoria Produtiva de Povoamentos» e 2.3.2 «Ordenamento e recuperação dos povoamentos» os beneficiários são obrigados a cumprir um Plano de Gestão Florestal.

Projecto Agro 3.6 (AFLOBEI)

Gestão Florestal Sustentável

A Aflobei realizou um projecto, ao abrigo do Programa Agro 3.6, em que se fez o estudo da implementação da Norma Portuguesa 4406:2003 nos hectares correspondentes à área florestal dos associados da AFLOBEI. Lembramos que a Norma Portuguesa tem como objectivo a promoção da Gestão Florestal Sustentável, ou seja, promover o uso da floresta sem comprometer as suas funções económicas, sociais e ambientais.

No âmbito deste projecto foi feito o estudo e parametrização dos indicadores de Gestão Florestal Sustentável (GFS) em propriedades associadas da AFLOBEI. Foi

feito o levantamento cartográfico da área de associados e uma recolha de vários dados (levantamento das manchas florestais / espécies, pontos de água, ocupação do solo, rede viária e divisional existente, etc.) para com esses dados se avaliar a aplicabilidade dos indicadores de GFS aos diferentes sistemas florestais, estruturas fundiárias e modalidades de gestão existentes. O objectivo foi conhecer a potencialidade de se avançar futuramente com processos de certificação florestal.

O trabalho irá continuar a ser efectuado em outras áreas associadas da AFLOBEI, mas não incluídas no projecto, e continuaCertificação Florestal (Capital Natural)

Custos reduzem-se com o aumento da área certificada

A certificação florestal procura implementar um "boa gestão florestal" em florestas onde se exploram produtos comerciais e, ao mesmo tempo, criar um mecanismo que permita ao mercado comprar e promover produtos florestais provenientes dessas fontes bem geridas. Para tal, é atribuído um certificado de qualidade da gestão florestal (em relação a um conjunto de requisitos), baseado numa avaliação independente. Há várias iniciativas de certificação florestal, sendo as mais conhecidas as do FSC e do PEFC.

Ana Dahlin, sócia-gerente da Capital Natural, é consultora na área e defende as vantagens da certificação na melhoria da gestão florestal: maior controlo dos recursos; viabilidade económica permanente e abertura de novos mercados; melhores sistemas de gestão, incluindo mecanismos de planeamento, monitorização e comunicação; melhor acesso ao mercado e por vezes maiores preços.

A floresta recolhe essencialmente benefícios ao nível da sustentabilidade, da manutenção/ aumento da biodiversidade e de outros valores ecológicos.

Actualmente, os produtos certificados oferecem benefícios, sobretudo, no comércio entre empresas. O impacte no consumidor final é ainda algo limitado. No entanto, a certificação da gestão florestal tem tendência a ganhar impacto com o aumento da consciência ambiental e social das empre-

AFLOBEI desenvolve iniciativa de Certificação Florestal de Grupo

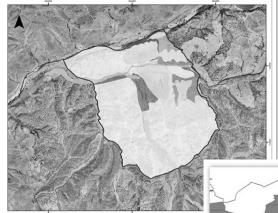
A AFLOBEI está a desenvolver um processo de certificação florestal sob a forma de grupo, que irá incluir cerca de onze mil hec-

A certificação da gestão na área dos associados envolvidos irá permitir a valorização das suas propriedades e dos produtos proveniente das mesmas: madeira de eucalipto e pinho, pinhão, cortiça, medronho, cogumelos, caça, etc.

No conjunto destes produtos, é de salientar a caça, visto que a certificação cinegética ainda é

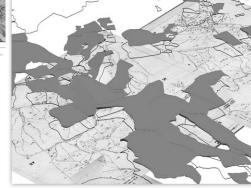
pouco explorada e poderá ser uma oportunidade para a Beira Interior. Esta região, devido às óptimas condições para a prática da actividade cinegética, é o local ideal para desenvolver a caça certificada, com os olhos no mercado do turismo cinegético internacional.

No fundo, a implementação da certificação florestal permite desenvolver uma boa gestão florestal, e oferecer ao mercado a garantia de que os produtos florestais provêm de fontes bem geridas.



rão a ser acompanhadas as áreas es-

Os indicadores de Gestão Florestal Sustentável, devido à sua natureza, podem servir de informação de base para a elaboração de Planos de Gestão Florestal.



AFLOBE

Cursos florestais e agro-florestais para activos

AFLOBEI promove Formação Profissional

A AFLOBEI está a desenvolver um conjunto de cursos de formação para activos empregados e desempregados durante 2008 e 2009, em regime pós-laboral.

Ao frequentar as formações promovidas por a AFLOBEI, e financiadas pelo Fundo Social Europeu e Estado Português, os formandos têm a possibilidade gratuita de adquirirem qualificações no sector florestal, agro-florestal e actividades relacionadas. É também uma oportunidade de aumentarem o nível escolar e profissional, reforçando a empregabilidade nos sectores.

As formações são de curta duração, entre 25 e 50 horas, e são realizadas no distrito de Castelo Branco.

Cursos a decorrer

Três dos cursos programados estão já a decorrer. O curso de Princípios Básicos de Técnicas de Socorrismo marcou o início da actividade formativa da AFLOBEI. O curso de Micologia (Cogumelos) também já arrancou, com duas turmas, uma no Fundão e outra em Castelo Branco. A formação em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), também com duas turmas, teve por seu lado, início nos dias 17 e 18 de Novembro.

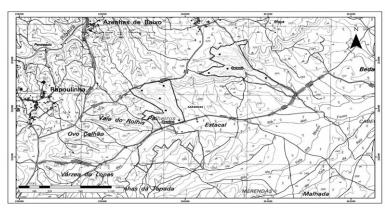
Estes cursos irão voltar a decorrer em 2009. Caso esteja interessado em receber formação nestas áreas, poderá inscrever-se para garantir lugar nas turmas previstas para o próximo ano.



Micologia

Informações

Para obter mais informações sobre cada um dos cursos e para fazer a sua inscrição deverá contactar a AFLOBEI através do número 272 325 741, ou dirigir-se à nossa sede em Castelo Branco, na Avenida General Humberto Delgado, nº 57 – 1º andar. Pode ainda informar-se no nosso site, em www.aflobei.pt.



Sistemas de Informação Geográfica

Formações para 2008

Para além das formações, já em curso, a AFLOBEI deverá abrir ainda durante 2008 as seguintes:

Exploração Florestal – 50 horas Reconhecer as técnicas inerentes a todas as operações de exploração florestal praticando em árvores de um povoamento; Determinar rendimentos e custos de operações de corte moto-manuais e mecanizadas; Identificar os objectivos e factores que influenciam essas técnicas.

Planeamento da Exploração Florestal – 25 horas

Identificar todas as operações da exploração florestal e planeá-las de maneira que decorram sob a maior segurança, evitando desperdícios desnecessá-

Instalação de Culturas Hortícolas – 25 horas

Definir as operações culturais inerentes à instalação ao ar livre e em forçagem de culturas hortícolas e à sua protecção fitossanitária

Nemátodo da Madeira do Pinheiro – 25 horas

Formas de combate e prevenção face à doença do Nemátodo da Madeira do Pinheiro.

Formações para 2009

Pode desde já inscrever-se nas acções programadas para 2009, com a oportunidade de participar em novas turmas para cursos já iniciados, nomeadamente o de Princípios Básicos de Técnicas de Socorrismo, Micologia e Sistemas de Informação Geográfica.

- Princípios básicos de Técnicas de Socorrismo
- Micologia
- SIG Sistemas Informação Geográfica (grau avançado)
- Enxertia do Pinheiro Manso
- Exploração Florestal
- Resinagem e descortiçamento
- Planeamento da Exploração Florestal
- Funcionamento e Conservação de equipamentos motomanuais
- Podas e desbastes
- Processos de mobilização do Solo
- Processos de correcção e fertilização do solo
- Culturas Arvenses
- Culturas Hortícolas
- Operações Culturais de Hortícolas
- Implantação de um Pomar
- Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001
- Auditorias Ambientais

AFLOBEI realiza passeio micológico

Aproveitando a formação em Micologia, a AFLOBEI promoveu um passeio micológico no passado dia 9 de Novembro, realizado em Almaceda (concelho de Castelo Branco). Cerca de 20 pessoas partiram à descoberta do universo dos cogumelos, certamente, um dos mais valiosos e saborosos recursos naturais da Beira Baixa.

Sob orientação de José Gravi-

to Henriques, da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, e especialista em micologia, os participantes aumentaram os seus conhecimentos sobre a flora micológica da região. Durante o percurso, foram identificadas diversas espécies de cogumelos e recolhidos exemplares, salientando-se os cuidados que se deve ter na apanha e as características de cada um.

Como não podia deixar de ser, os participantes puderam também apreciar um delicioso almoço à base de cogumelos, confeccionado pelo Chefe Valdir Lubave, da Pousada de Belmon-

Para além do saber e da experiência adquirida neste passeio, a iniciativa resultou num agradável dia passado no meio da natureza



Passeio organizado pela Aflobei levou participantes à descoberta dos cogumelos











Tratamento Fitossanitário por Calor Choque Térmico para Madeira Serrada e Paletes
Secadores para Madeira
Caldeiras para Biomassa / Diesel



Zona Ind. Ervosas - Apartado 14 | 3834-909 Ilhavo - Portugal | Tel.: +351 234 325 011 | Fax: +351 234 325 012 | Email: torbel@torbel.pt

Preços dos Produtos Florestais Novembro 2008



Nota O mercado ainda não se mexeu. Neste período e até Janeiro de 2009 não é aconselhável negociar cortiça.



Eucalipto		
	Em pé (sem casca)	Em pé (com casca)
Franklista	27,5 € a 30 €/ ton	20 € / ton
Eucalipto	À porta da fábrica (sem casca)	À porta da fábrica (com casca)
	53 €/ ton	46 €/ ton

Nota A procura de madeira de eucalipto tem aumentado



Lenhas

Lenhas

Sobreiro Azinheira
(em pé) (em pé)

20 € a 26 € / ton

Nota Este ano houve um aumento considerável na mortalidade destas espécies.



Biomassa

Biomassa

26 € - 29€ / ton (a 35% humidade) 17€ (a + 35% humidade)

À porta da fábrica

Nota O mercado encontra-se, neste momento, com uma quantidade elevada de biomassa.

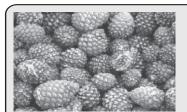
por parte do circuito comercial.



Pinheiro Bravo

Pinheiro Bravo	Em pé	À porta da fábrica
Serração	22,5 €/ ton	37,5 € a 40 €/ ton
Varas	10 € a 15 €/ ton	55 €/ ton
Fascina	5 € a 6 € ton	27 €/ ton

Nota No mercado desta madeira houve uma descida brutal do preço. Poderá esta situação estar relacionada com o problema do Nemátodo da Madeira do Pinheiro.



Pinha

Pinha (em monte) 0,90 € − 1 €/ Kg

Nota Esta campanha caracteriza-se por uma descida na produção, superior à da campanha passada. O preço não aumentou com a descida da produção, uma vez que a indústria tem em stock muito pinhão.

Folha Florestal

Directora: Marta Ribeiro Telles • Propriedade: AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior • Edição e Grafismo: Jornal do Fundão Editora, Lda. • Logótipo: RVJ Editores, Lda. • Impressão: Naveprinter